

o PRECARIADO em ASCENSÃO

As TERCEIRIZAÇÕES ACENAM PARA o ARROCHO, o AUMENTO da JORNADA e a SUPRESSÃO de DIREITOS

por MIGUEL MARTINS e RODRIGO MARTINS

O METALÚRGICO JOSÉ ALVES, 49 anos, conhece bem as agruras do trabalho precarizado. Operador de máquina extrusora, que modela o plástico para a fabricação de tubos e filmes, ele assinou há três anos um contrato temporário de trabalho com uma fabricante de peças de geladeira. Recebeu uma missão específica: atuar por 90 dias como terceirizado na linha de produção de uma multinacional de eletrodomésticos. Na 25ª jornada, prendeu uma das mãos em um rolo da máquina e teve três dedos decepados. “Não havia proteção no local”, recorda. Alves não dispunha de plano de saúde, seguro-desemprego e outras garantias. Não recebeu compensação financeira ou mesmo assistência médica dos empregadores. Permaneceu afastado de qualquer atividade profissional por dois anos e nove meses. Nesse ínterim, o sindicato dos metalúrgicos de Campinas o ajudou a negociar uma vaga na mesma multinacional para a qual prestou serviço antes de se acidentar. Hoje é contratado direto, mas em um cargo diferente, na área de testes de produtos. “Minha carreira foi interrompida. Meu salário caiu 50%.”

O drama vivenciado pelo metalúrgico é corriqueiro no mundo das terceirizações. Dos 48 milhões de trabalhadores com emprego formal no Brasil, estima-se que 25% atuem em empresas prestadoras de serviços subcontratadas por outras. Pela atual legislação, a terceirização só pode ser adotada para funções acessórias, como serviços de limpeza e vigilância, embora as fraudes abundem no mercado. O PL 4330 poderia regular melhor a situação de ao menos 12 milhões de brasileiros que atuam nessa modalidade.

Mas, após uma sessão comandada com mão de ferro pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, restou aprovado um texto que libera as terceirizações mesmo para as atividades-fim e abre a porta para os outros 36 milhões serem convertidos em subcontratados. Com o respaldo de campanhas patrocinadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pela Confederação Nacional da Indústria, Cunha embrulhou uma bomba-relógio como presente para os trabalhadores no próximo 1º de Maio.

Um dossiê preparado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a participação de técnicos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), revela o cenário tormentoso das terceirizações no Brasil. Com dados de 2013, o estudo mostra que os terceirizados recebem salários 24,7% menores que os dos efetivos, permanecem no emprego pela metade do tempo, além de ter jornadas de trabalho maiores (gráfico à pág. 20). Auditores, procuradores e juizes do Trabalho consultados por *CartaCapital* alertam, ainda, para o maior risco de acidentes laborais, calotes trabalhistas e exposição a condições degradantes ou análogas à escravidão nas subcontratações.

Embora os industriais sustentem que a medida possa reduzir custos para empresas sem afetar os direitos dos empregados, a temática do patronato não parece fazer sentido. “Como pode sair mais barata a contratação de mão de obra ao incluir um intermediário que visa o lucro? Alguém pagará por isso, e esse alguém é



RESISTÊNCIA.
A CUT promete uma greve geral caso o Senado não modifique o PL 4330

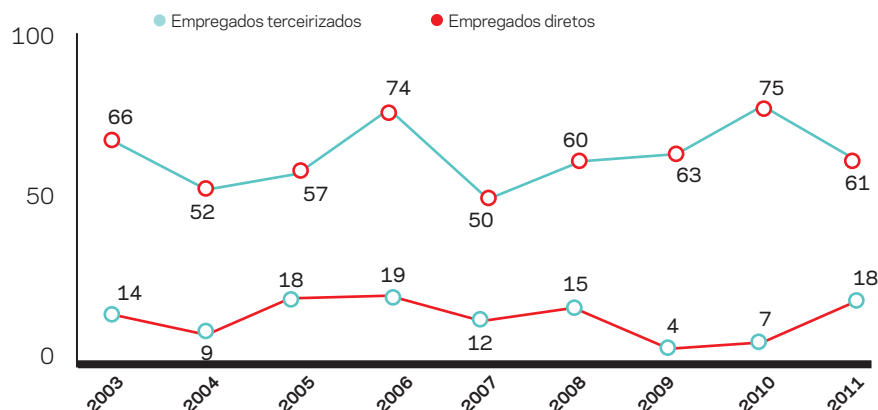
REPORTAGEM DE CAPA

o trabalhador”, diz Carlos Eduardo de Azevedo Lima, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. “O custo só será menor se houver arrocho salarial, aumento das jornadas e supressão de direitos”, emenda Germano Siqueira, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. “Na verdade, os empresários estão dando um tiro no pé. Querem reduzir custos a curto prazo, mas podem colher uma gigantesca retração do mercado de consumo doméstico no futuro.”

Na terça-feira 28, o presidente do Senado, Renan Calheiros, parece ter honrado a promessa feita na semana anterior de votar “sem pressa” a proposta que vingou na Câmara. Despachou o projeto para a análise de quatro comissões, o que deve retardar a votação do texto no plenário da Casa. Enquanto Dilma Rousseff evita dar declarações contundentes sobre o tema, o ex-presidente Lula busca acalmar os ânimos da base sindical. “Tranquilamente, a companheira Dilma vai vetar”, tratou de esclarecer durante um evento em comemoração ao aniversário da greve de 1980. Vagner Freitas, presidente da CUT,

VÍTIMAS DA PRECARIIDADE

Número de acidentes fatais no setor elétrico



Fonte: Fundação Coge

JORNADAS MAIORES, ESTABILIDADE E SALÁRIOS MENORES

Condições de trabalho	Setores tipicamente contratantes	Setores tipicamente terceirizados	Diferenças entre os setores terceirizados e os contratantes
Jornada semanal (horas)	40	43	+7,5%
Tempo de emprego (anos)	5,8	2,7	-53,5%
Remuneração média (R\$)	2.361,15	1.776,78	-24,7%

Fonte: Rais 2013. Elaboração: DIEESE/CUT Nacional, 2014. Nota: setores agregados segundo Class/CNAE2.0. Não estão contidos os setores da agricultura. Remuneração média em dezembro de 2013.

NEM A JUSTIÇA DO TRABALHO ESTÁ IMUNE

POR MARCELO AULER

Por 15 anos, M.A.R. foi telefonista no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Terceirizada, ela e 13 colegas portadores de deficiência foram demitidos em janeiro de 2013, como noticiou *CartaCapital* à época. E até hoje não receberam da Locanty Comércio de Serviços Ltda. as verbas rescisórias. Já com novo nome, Infornova Ambiental, a empresa entrou em recuperação judicial

após uma denúncia de envolvimento em licitações fraudulentas. Perdeu o contrato do fornecimento de serventes para o Tribunal, e não renovou os de telefonistas e de 25 garçons. Ao contrário dos garçons, que mesmo sem contrato regular receberam proventos do Tribunal por três meses, para não deixar os 45 desembargadores na mão, os telefonistas não foram reaproveitados. A nova contratada só absorveu 137 dos 248

serventes. Mas todos, demitidos e reaproveitados, não receberam os direitos do período anterior. A ex-telefonista, que pede o anonimato para não se prejudicar no novo emprego, buscou reparação na Justiça, mas a ação não anda. Vinte e oito meses após a demissão, nem o FGTS ela conseguiu sacar. Não é a primeira vez que um terceirizado do tribunal fica sem seus direitos. Em 2008, a Prata Recursos Humanos entrou em

crise e foi substituída pela Locanty. Os empregados foram reaproveitados, mas tiveram de recorrer à Justiça em busca das indenizações. Ganharam as ações, mas até hoje ninguém recebeu. No momento em que o Senado debate a lei que modifica regras da terceirização, é importante verificar o que ocorreu com centenas de trabalhadores que ajudaram no funcionamento de um tribunal cuja missão é cumprir as leis trabalhistas.

VIDAS À PROVA.
No setor elétrico, as mortes
rondam os trabalhadores
terceirizados

não se mostra satisfeito. Escaldado pelas reviravoltas políticas no mais conservador Congresso desde o fim da ditadura, prepara uma greve geral no País, caso o Senado não modifique o texto da lei. “A precarização trazida pela proposta leva o Brasil para 60 anos atrás.”

Não se trata de exagero retórico. Na Justiça do Trabalho, sobejam exemplos dos efeitos deletérios causados pelas terceirizações. Embora a subcontratação das atividades-fim esteja proibida pela legislação vigente, na prática ela ocorre em muitos setores. Em maio de 2012, a Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba) foi condenada a pagar uma indenização de 5 milhões de reais por utilizar mão de obra terceirizada de forma irregular em serviços de manutenção e expansão da rede elétrica. No ano seguinte, a sentença foi confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. A empresa segue com um recurso para reverter a condenação. Alega não ter desrespeitado a lei, além de exigir das subcontratadas o respeito aos direitos dos trabalhadores. Mas o cenário descrito na ação civil pública proposta pelo procurador Alberto Balazeiro, atual chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia, é aterrorizante.

De 1999 a 2010, a companhia baiana registrou a morte de cinco empregados diretos e de 62 terceirizados. “Enquanto na Coelba houve uma média de um acidente fatal para cada grupo de 557,4 empregados, nas terceirizadas essa estatística foi de um acidente fatal para cada grupo de 120 trabalhadores, o que significa uma diferença superior a 400%”, observa a juíza Andrea Presas Rocha na sentença em primeira instância, a determinar a reparação milionária por danos morais coletivos.

CALOTE. Em Campinas, a terceirizada Schahin demitiu dezenas de operários sem pagar os direitos



Além disso, o procurador Balazeiro mostra uma extensa relação de terceirizados vítimas de amputações, queimaduras e múltiplos traumatismos. Pioneira, a ação contra a Coelba abriu caminho para a condenação de diversas outras concessionárias que se valiam das terceirizações ilegais, entre elas a Celpe (de Pernambuco), a Cemig (Minas Gerais), a Ceron (Rondônia) e a Energisa (Sergipe).

“Os terceirizados do setor elétrico trabalham mais e recebem menos. Por vezes, a jornada chega a 14 horas por dia, pois os contratos incluem cláusulas de produtividade. Além disso, esses funcionários são submetidos a uma atividade extremamente perigosa sem a capacitação necessária”, enumera Balazeiro. Mesmo após as primeiras condenações, as mortes de terceirizados continuaram. Em janeiro de 2013, o eletricitista Reginaldo Borges Maciel morreu após um acidente de trabalho, enquanto realizava a manutenção

em uma subestação da Coelba instalada no prédio de um banco de Salvador. “Meu pai foi levado para um hospital público e morreu dias depois. A família não recebeu qualquer assistência”, queixa-se o filho Rafael Maciel, a aguardar o desfecho do caso na Justiça.

Os problemas não se restringem ao setor elétrico. Na exploração de petróleo, os terceirizados têm 5,5 vezes mais chance de morrer em um acidente de trabalho do que os efetivos. Segundo a Federação Única dos Petroleiros, de 2003 a 2012, foram registrados 110 óbitos de terceiros contra 20 mortes de trabalhadores efetivos da Petrobras. Na percepção de procuradores do trabalho, o fenômeno repete-se na construção civil, responsável por mais de uma morte por dia no País.

Os calotes no pagamento de trabalhadores também são recorrentes. Investigado na Operação Lava-Jato, o Grupo Schahin entrou recentemente com um pedido de recuperação judicial para seu braço de engenharia. As dívidas de 6,5 bilhões de reais levaram a empresa a esvaziar suas atividades em diversos canteiros de obras de São Paulo. No início do mês, cerca de 20 funcionários foram demitidos em uma obra de um prédio residencial em Campinas. Em 15 de abril, foram



REPORTAGEM DE CAPA

90 dispensados em Santos. Na metrópole campineira, a Schahin prestava serviços para uma incorporadora responsável pela obra. Ao dispensar os funcionários, deixou um enorme passivo trabalhista. A querela sobre o pagamento da rescisão contratual acabou no Ministério do Trabalho.

Na terça 28, uma mesa-redonda com os demitidos e representantes da incorporadora e da terceirizada foi pouco produtiva. Sem ter recebido 18 dias de trabalho e o pagamento da rescisão, os trabalhadores queixam-se de não poder sequer procurar por novos empregos. “Tenho uma vaga em vista, mas não consigo assinar, pois não deram baixa na minha carteira”, afirma Washington Soares, ex-encarregado-geral de obra.

ASchahin diz não ter como formalizar a rescisão por conta do pedido de recuperação. Alega depender de autorização judicial para qualquer iniciativa. Segundo o procurador do trabalho Ronaldo Lira, a farra das terceirizações leva a situações surreais, como a existência de mais de 30 empresas subcontratadas num único canteiro. “A terceirização ocorre principalmente para o trabalho manual. As grandes empresas só mantêm os engenheiros e alguns encarregados.” Ciente do seu papel na trama, o pedreiro Antonio Santos resigna-se: “Levamos um pé na bunda”.

Os terceirizados também são mais vulneráveis ao trabalho em condições degradantes. Vitor Araújo Filgueiras, auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pesquisador da Unicamp, analisou os dez maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão do Brasil e constatou que 90% dos flagrantes ocorreram em empresas subcontratadas para a prestação de serviços. “Há fortes indícios de que terceirização e trabalho escravo estão intimamente relacionados”, observou em recente artigo.

RENDA MINGUADA. Em 2014, o Brasil só gerou empregos na faixa de até dois salários mínimos

Em fevereiro, a Vale virou alvo de uma investigação por manter trabalhadores terceirizados em condições análogas à escravidão. Maior produtora de minério de ferro do mundo, ela teve um canteiro de obras interditado na Mina do Pico, no interior de Minas Gerais, além de ser autuada por 32 infrações trabalhistas. Uma fiscalização do MTE constatou que funcionários terceirizados, vinculados à subcontratada Ouro Verde, estavam submetidos a jornadas extenuantes e péssimas condições de higiene no local de trabalho. Os banheiros disponíveis para os obreiros tinham urina e fezes espalhadas pelo chão, além de instalações danificadas. As condições eram tão precárias que boa parte dos 309 caminhoneiros



responsáveis pelo transporte de minério de ferro preferia fazer as necessidades às margens da estrada de acesso à mina.

Além disso, programas de incentivo à produção, com acréscimos no valor do vale-alimentação e sorteios de aparelhos

ENTREVISTA

NOVA CLASSE EM FORMAÇÃO

Economista com Ph.D. pela Universidade de Cambridge e professor de Desenvolvimento na Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres, Guy Standing há tempos alerta para o fenômeno da emergência do precariado, uma nova classe trabalhadora em formação, caracterizada pela trajetória de perda de direitos que os reduz à condição de suplicantes, em um mundo marcado pela “flexibilização” das relações trabalhistas. Em entrevista a *CartaCapital*, o especialista avalia os impactos que a liberação indiscriminada das terceirizações poderiam causar no Brasil. A íntegra está disponível em www.cartacapital.com.br.

CartaCapital: Para muitos analistas, o trabalho desempenhado pelo precariado é, por sua natureza, frágil e instável. O que distingue o precariado

dos demais grupos sociais?

Guy Standing: A falta de segurança no trabalho sempre existiu. Isso não define o precariado. O que



Para Guy Standing, as terceirizações aceleram o crescimento do precariado no Brasil

o distingue é a sua trajetória de perda de direitos civis, culturais, políticos, sociais e econômicos. Eles não possuem os direitos integrais dos cidadãos



de tevê e motocicletas, induziam os motoristas a trabalhar muito além do horário previsto no contrato. De acordo com o relatório assinado pelo auditor fiscal Marcelo Gonçalves Campos, um caminhoneiro chegou a trabalhar por quase

BATALHA EM CURSO. Para Ruy Braga, o precariado precisa se organizar para reivindicar direitos integrais

24 horas seguidas, com apenas uma pausa de meia hora. Ao todo, foram detectadas mais de 2,7 mil ocorrências de jornadas de trabalho que extrapolavam o horário permitido pela CLT.

À época da fiscalização, a Vale negou a existência de qualquer irregularidade na Mina do Pico. Segundo a empresa, o canteiro de obras havia sido alvo de atos de vandalismo de alguns funcionários da Ouro Verde no fim de janeiro. A mineradora assegura, porém, que todas as medidas de adequação determinadas pela fiscalização foram atendidas. A Ouro Verde, por sua vez, justificou que as jornadas excessivas detectadas deviam-se a “problemas sistêmicos” no relógio de ponto.

que os cercam. Estão reduzidos à condição de suplicantes, pois são dependentes das decisões de burocratas, instituições de caridade e outros que detêm poder econômico.

CC: Caso o Parlamento brasileiro aprove a liberação das terceirizações de forma indiscriminada, que impactos sociais essa medida poderia ter?

GS: O precariado cresce no Brasil há alguns anos. Acredito que a nova legislação vai acelerar esse processo, o que pode levar à piora na desigualdade no mercado de trabalho e intensificar a

insegurança social e econômica. O problema é, principalmente, o da insegurança na remuneração. Se houvesse políticas sensíveis para garantir a segurança da remuneração, por meio de uma renda mínima, poderíamos aceitar a insegurança no emprego. Esta é a tragédia da social-democracia trabalhista. Mas o precariado está evoluindo e pode nos levar a novas opções políticas no futuro.

CC: Diante da globalização e da hegemonia do ideário neoliberal, existe alternativa a esse constante processo de precarização?

GS: Se tivéssemos um novo sistema de distribuição de renda no século XXI, então não haveria grandes problemas com a instabilidade do trabalho. Poderíamos, inclusive, absorvê-la sem transtornos. Devíamos nos distanciar da romantização do trabalho estável, integral e de longo prazo. O sistema de distribuição de renda do século XX quebrou. Precisamos construir um novo e recuperar a Grande Trindade – Igualdade, Liberdade e Fraternidade – sob a perspectiva do precariado. A luta está apenas começando, mas já começou.

Na avaliação do auditor Campos, a liberação das terceirizações tende a dificultar a punição dos que se beneficiam com a precarização do trabalho. “Na prática, o que o Congresso propõe é a revogação da Lei Áurea, pois está oferecendo um salvo-conduto às empresas que, na ponta da cadeia produtiva, submetem trabalhadores a condições degradantes.”

No Brasil, os terceirizados confundem-se com o precariado, conceito sociológico que designa a massa de trabalhadores sem direitos civis, sociais e econômicos assegurados, com tendência a assumir vagas temporárias. O quase pleno emprego no País tem se amparado na criação de vagas que pagam até dois salários mínimos, grande parte delas concentrada no setor de serviços. Segundo dados do Ministério do Trabalho, não foi registrada a criação de vagas acima dessa faixa salarial de janeiro a setembro de 2014. Nesse contexto, o sociólogo Ruy Braga, professor da USP e autor do livro *A Política do Precariado*, entende que os terceirizados no País devem se unir na luta pela conquista integral de seus direitos. “Assim como o precariado atual, os migrantes nordestinos que se estabeleceram em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960 também tiveram de se organizar para exigir o que estava previsto na CLT.”

Para Braga, a ampliação da exploração do trabalho precarizado encontrou seu limite. Por esse motivo, os setores empresariais avançam contra os direitos trabalhistas. “Eles não conseguem mais ter os ganhos de antes, mas não querem investir em tecnologia e ganhos de produtividade. A solução defendida por eles é aumentar a terceirização para explorar o precariado na base da pancada.” Apesar da vitória do projeto na Câmara, a resistência crescente dos trabalhadores, a posição aparentemente contrária de Calheiros e um possível veto de Dilma podem frustrar seus planos. ■

ARESTIDES BAPTISTA/AG A TARDE E SAMUEL LORENZETTI

